

Sem poder, comissões vivem de mordomias

JOÃO EMÍLIO FALCÃO

Da Editoria Política

Decadentes, menosprezadas pelos parlamentares e esquecidas pela imprensa, as comissões técnicas da Câmara (18) e do Senado (16) têm, hoje, um papel secundário no Legislativo, muito diferente do que ocorria antes da Revolução de 64. A rigor, somente as comissões de Constituição e Justiça (das duas Casas) são importantes. As outras estão na dependência do temperamento de seus dirigentes e podem, em consequência, adquirir algum prestígio eventualmente.

Na Câmara, as presidências das comissões têm a vantagem de oferecer certas mordomias, como telefone livre, mais secretárias, franquia telegráfica e motorista, além de outro Gabinete. No Senado não há nem a vantagem do carro oficial porque cada Senador já tem o seu. A função de presidente concede, no entanto, um certo prestígio que pode ser muito útil em termos de promoção individual.

VIAGENS

Na Câmara, a mais numerosa de todas é a de Relações Exteriores, que tem 49 integrantes contra 41 existentes na de Justiça. É compreensível esta predominância porque a Comissão oferece a esperança permanente de viagens internacionais e freqüentes recepções, o que agrada muito a alguns parlamentares. Houve a idéia de dividi-la em subcomissões, mas a reação foi natural porque o mundo ficaria reduzido.

A grande missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado é de sabotar os embaixadores designados para novas representações. Isto, porém, quase não acontece mais. Os embaixadores começaram a achar cansativos os questionários, onde apareciam perguntas surpreendentes, e o Itamarati conseguiu a dispensa da sabatina em ocasiões especiais. Virou rotina, apesar da norma regimental.

O parecer dessa Comissão deveria ser fundamental para aprovação do embaixador pelo plenário do Senado, que tem a competência exclusiva. No ano passado, importante diplomata quase não é aprovado porque um senador do PDS, seu inimigo, solicitou aos outros senadores que votasse contra. Nem precisou explicar o motivo para obter a solidariedade dos companheiros.

DISTRITAL

Nas Comissões de Justiça há realmente muito trabalho. Nas predominam os pareceres dos parlamentares — nas Comissões cerca de 80% dos pareceres são de assessores — mas desde o episódio Márcio Moreira Alves suas decisões são eminentemente políticas e, é lógico, de acordo com a opinião do Governo. Em projetos onde não há preocupação do Executivo os pareceres e as discussões chegam a ser brilhantes.

O presidente do PDS, senador José Sarney (MA), apresentou, há muitos anos, um projeto estabelecendo o sistema distrital misto. Ficou “engavetado”, ou seja, sem andamento. Nem sequer falava-se nele. Agora, como o Governo está precisando de colocar em discussão o distrital, vai ter uma tramitação acelerada. Isto se não for enviada uma mensagem do Executivo porque nem o presidente do PDS escapa do que se queixam todos os parlamentares: o Governo copia suas proposições e as remete para o Congresso, ligeiramente modificadas, como se fossem originais.

